

CARTAS POLITICAS A UM OPERARIO

Raul PILLA

(Copyright dos "Diários Associados")

VI — Muitos dias faz, Antônio, que não te escrevo. Tive que tratar de outras cousas mais urgentes, como o decreto-lei n.º 7.666. Mas estas pausas não prejudicam. Temos ainda muito tempo pela frente, até o dia da eleição. Poderemos discutir calmamente todas as tuas objeções e esclarecer todas as tuas dúvidas. Não há pressa, repito-te. O essencial é que moas e remoas a matéria, afim de poderes cumprir conscienciosamente o teu dever cívico, chegado o momento da decisão.

O interessante é, Antônio, que, não tendo tu o costume de escrever-me, senão sómente o de conversar comigo nas horas de lazer, e escrevendo-te eu apenas para condensar e fixar o que te digo, apareceram uns intrujões a endereçar-me cartas, como se tuas fôssem. Mas, ainda que trouxessem a perfeita imitação da tua assinatura, tão minha conhecida, não me deixaria eu enganar pelo expediente, pela simples razão que possível não é confundir os dizeres de um operário honesto e bem intencionado, com a varolagem interesseira de escrevedores estipendiados. Retomemos, portanto, a nossa conversa, que muito há para debulhar.

Expliquei-te eu, Antônio, ser a inflação a causa primária das tuas dificuldades. E que, se deriva em parte da situação criada pela guerra, foi tal flágelo imensamente agravado pela incapacidade do governo e pelas dissipações características das ditaduras.

Pode-se gastar pouco e pode-se gastar muito; e, gastando muito, pode-se fazê-lo mais ou menos razoavelmente. O que se fez em nosso país foi gastar muito e desarrazoadamente, quando cumpria fazê-lo com muito tento.

Senão, vejâmos. Adaptemos ao nosso caso um dos exemplos com que os professores de economia ilustram as leis da sua ciência.

Imagina, Antônio, uma ilha solitária, onde labutem 20 pessoas para a satisfação das necessidades da comunhão. Supõe ainda que, destas 20 pessoas, trabalhem 17 para produzir o necessário ao consumo de todos e, das 3 restantes, se dedique uma a abrir ou reparar a estrada, outra a montar uma fábrica, a terceira a construir uma casa. Tudo vai bem naquela ilha ideal, onde todos trabalham e a ninguém falta o necessário á vida e ao conforto. Imagina agora

que, tendo á mão o fácil recurso de imprimir dinheiro e pensando que assim cria riquezas, o ditador da ilha começa a construir faustosos palácios e a abrir grandiosas avenidas, tudo destruindo por onde passa o seu lápis fatal.

Que sucederá forçosamente? Desviados alguns trabalhadores para estas obras suntuárias, em lugar de 17, serão apenas 15, 12 e, talvez, menos as pessoas que, atraídas por melhor paga, deixarão de produzir os artigos necessários á comunhão. De acordo com a lei económica da oferta e da procura, que nenhum ditador conseguiu até hoje anular, a escassez dos produtos de consumo acarreta fatalmente a alta dos preços e privações dos menos afortunados.

Qual o remédio, então? Dir-me-ás, Antônio, ser a elevação dos salários. Pois estás redondamente enganado. Na situação, em que se encontra a ilha, de plena ocupação, o aumento da paga não poderá incrementar a produção, porque não se eleva com isto o número de pessoas empregadas nela. Longe de resolver a situação, a elevação dos salários estabelecerá um círculo vicioso, acarretando nova alta dos preços, que demandará novo aumento de salários.

Como quebrar este círculo fatal? Muito simplesmente, Antônio: abandonando as obras suntuárias ou simplesmente dispensáveis, para que um número crescente de pessoas possa voltar á produção de artigos de consumo e abundância se estabeleça de novo.

Foi assim que procedeu a Ditadura em nosso País? Bem sabes que não. Tendo a guerra reduzido o Brasil a uma ilha impossibilitada de importar certos artigos de consumo, não soube ou não pôde o governo adotar a conveniente política económica e financeira. De um lado, obras suntuárias, gastos supérfluos, déficits colossais; do outro, uma vertiginosa inflação de papel moeda.

Mas a Ditadura fez mais do que deixar de atender á nossa conjuntura económica: agravou deliberadamente a carestia mediante os seus institutos de produção, que nada mais representam, na sua maioria, senão monopólios oficiais.

Tipico é, por exemplo, o caso do açúcar — alimento básico e não simples superfluidade — que tão caro estás pagando e tantas vezes te faltou á mesa. Nada mais tem feito o governo, por meio do correspondente instituto, senão restringir a produção e encarecer o produto. Para que alguns felizardos se enriqueçam facilmente, dão-te menos e cobram-te mais.

E' como se, naquela suposta ilha, só uma pessoa tivesse o direito de fabricar açúcar e o ditador houvesse estimulado a diminuir a produção, para ganhar mais com a alta artificial dos preços. Dize-me, agora: a quem atribuirias a responsabilidade da carestia, ao produtor privilegiado, que apenas se está utilizando da proteção do Estado, ou ao governante que lhe dá?

Aí tens, Antônio, porque, mal tendo sido o Brasil tocado pela guerra, te encontras hoje na difícil situação de que te queixas, apesar de haverem subido apreciavelmente os teus salários.